



Número: 184

Data: 2021.07.16

No título: Marroços da Ilha do Pico, Valverde, Açores.

Foto: Tiago Rodrigues

Destaques:

- [Certificado Digital COVID da UE;](#)
- [Perspetivas para a rotulagem do bem-estar animal na UE](#)
- [EU GREEN DEAL: PACTO ECOLÓGICO EUROPEU](#)

Nos próximos dias:

- [Webinar Público "Para um mecanismo europeu de ajuste da fronteira de carbono:Desembalagem da proposta da Comissão Europeia](#)
- [Conferência sobre o futuro da Europa](#)



16 de julho



Consulta pública sobre “Pesca atuneira — Proposta de regulamento que estabelece um programa de documentação das capturas de atum-rabilho”

A Comissão Europeia convida todas as partes interessadas a submeter os seus comentários sobre a proposta de regulamento que estabelece um programa de capturas de atum-rabilho. O [período de apresentação de comentários](#) será **encerrado a 16 de julho**, sendo que os comentários devem versar explicitamente a [proposta de regulamento](#) que foi apresentada a 27 de outubro de 2020 [[2020/0302 \(COD\)](#)].

16 de Julho

Conferência de alto nível sobre o estado global dos direitos humanos

O Parlamento [será](#) co-anfitrião da primeira conferência sobre o Estado Global dos Direitos Humanos, para discutir internacionalmente a situação dos direitos humanos. A conferência vai reunir eurodeputados, comissários europeus, ganhadores do Prémio Nobel da Paz, laureados com o Prémio Sakharov, representantes de organizações internacionais, universidades e partes interessadas. Irá discutir-se uma variedade de tópicos relacionados com a situação global dos direitos humanos em três painéis principais. A conferência é organizada conjuntamente com Parlamento Europeu e com o Campus Global de Direitos Humanos. Terá lugar no Mosteiro de San Nicolò, na Veneza, e nas instalações do Parlamento em Bruxelas, bem como remotamente.

Os participantes irão assistir a intervenções de, entre outros, o Presidente do Parlamento Europeu David Sassoli, a Presidente do Campus Global de Direitos Humanos Veronica Gomez, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos Michelle Bachelet, a Secretária Geral da Anistia Internacional Agnès Callamard e Denis Mukwege, Vencedor do Prémio Nobel da Paz em 2018 e laureado com o Prémio Sakharov em 2014, de Eurodeputados proeminentes no campo dos direitos humanos, incluindo o presidente e vários membros da Subcomissão dos Direitos Humanos do Parlamento e dois vice-presidentes do Parlamento, também participarão ativamente.

19 de Julho

Reunião de Conselho (Agricultura e Pescas)

Os ministros serão convidados a aprovar as conclusões do Conselho sobre o plano de ação da UE para a produção biológica. Com a estratégia "do prado ao prato" apresentada em 2020, a Comissão Europeia avançou com o objetivo de utilizar pelo menos 25 % das terras agrícolas da UE para a agricultura biológica até 2030. O plano de ação para a produção biológica visa traduzir este objetivo em realidade.

21 de Julho



Conferência sobre o futuro da Europa

O Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência e a Direção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa organizam a segunda sessão do **Fórum: O Futuro dos Açores na Europa - "Democracia: A Participação dos Cidadãos na UE"**, que se realizará no próximo dia **21 de julho**, pelas **10:30**, através da plataforma Webex.

Este evento, inserido no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa, lançada em maio em Estrasburgo, tem como principal objetivo a realização de uma série de debates que permitirão aos açorianos fazerem-se ouvir na partilha de ideias que possam moldar um futuro comum enquanto cidadãos europeus. Deverá registar a sua participação [aqui](#)

22 de Julho



Webinar Público "Para um mecanismo europeu de ajuste da fronteira de carbono: Desembalagem da proposta da Comissão Europeia"

No programa de trabalho da Comissão para 2021, as revisões e iniciativas relacionadas com as ações climáticas do Acordo Verde Europeu e, em particular, a meta de redução líquida de 55% do plano de metas climáticas [são apresentadas](#) no pacote Ajuste para 55. O Acordo Verde Europeu, apresentado na comunicação (COM (2019) 640) de 11 de dezembro de 2019, apresenta uma visão detalhada para tornar a Europa o primeiro continente neutro para o clima até 2050, salvaguardar a biodiversidade, estabelecer uma economia circular e eliminar a poluição, ao mesmo tempo impulsionar a competitividade da indústria europeia e garantir uma transição justa para as regiões e os trabalhadores afetados. Com o anúncio do Acordo Verde Europeu, a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, prometeu apresentar um plano abrangente e responsável para aumentar a meta de redução de emissões da União Europeia para 2030.

2 de agosto



Revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental

A Comissão Europeia abriu um [período de consulta pública](#) relativo à revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental. A Comissão refere que «todos os cidadãos e organizações são bem-vindos a contribuir para esta consulta. São particularmente solicitadas contribuições de (i) Estados-Membros e respetivas autoridades de concessão de ajuda, (ii) associações empresariais e empresas que operam no mercado único europeu, (iii) profissionais do direito e da economia, bem como (iv) organizações de consumidores e ambientais.».

11 de agosto



Consulta pública sobre “Bioeconomia azul — Rumo a um setor das algas forte e sustentável na UE”

Segundo a Comissão Europeia, as «algas representam um recurso largamente inexplorado e que pode ser utilizado — com uma pegada ambiental e de carbono limitada — para produzir alimentos para consumo humano, alimentos para animais, produtos farmacêuticos, bioplásticos, fertilizantes e biocombustíveis. Esta iniciativa define a forma como a UE poderá aumentar a produção sustentável, o consumo seguro e a utilização inovadora de algas e de produtos à base de algas, contribuindo assim para a realização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, para a transição para uma UE ecológica, circular e neutra em termos de carbono e para a recuperação na sequência da COVID.».

O [período de apresentação de comentários](#) relativo a esta iniciativa da Comissão Europeia **encerra a 11 de agosto**. Os comentários resultantes serão tidos em conta e irão influenciar a Comunicação da Comissão, que deverá ser publicada no segundo trimestre de 2022.

31 de agosto



Produtos agrícolas – revisão das normas de comercialização da UE

A Comissão lançou uma [consulta pública](#) com o objetivo de recolher opiniões com vista à revisão das normas de comercialização da UE para os produtos agrícolas. As normas de comercialização estabelecem a qualidade dos produtos comercializados junto dos consumidores através de regras obrigatórias ou de menções reservadas facultativas. Baseiam-se em especificações técnicas dos produtos a fim de definir características comerciais uniformes. No caso dos produtos agrícolas, abrangem a frescura ou a classificação por tamanho, a apresentação, a rotulagem, a embalagem, etc., mas as especificações dos produtos podem também incidir sobre os métodos de transformação e de produção. Anunciada na Estratégia do Prado ao Prato, a revisão segue-se a um [processo de avaliação global](#) das normas de comercialização da UE estabelecidas na organização comum de mercado, nas diretivas «pequeno-almoço» e nos atos legislativos da Comissão. A consulta está aberta durante 12 semanas, de 8 de junho a 31 de agosto de 2021.



Consulta “Para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2022”

A Comissão Europeia [convida](#) os Estados-Membros, os Conselhos Consultivos, a indústria pesqueira, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados a participar até 31 de agosto numa consulta pública, e a expressar os seus pontos de vista sobre as oportunidades de pesca para 2022. Após a consulta, a Comissão [apresentará](#) no outono as suas propostas de regulamento de Oportunidades de Pesca para 2022 no Atlântico, Mar do Norte e Mar Báltico, assim como no Mar Mediterrâneo e Mar Negro. As propostas têm em conta os planos plurianuais e baseiam-se em pareceres científicos fornecidos pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM) e outros organismos independentes, bem como na análise económica fornecida pelo Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (CCTEP). As propostas também incorporarão ajustamentos resultantes da implementação da obrigação de desembarque. Finalmente, o Conselho Pescas da União Europeia discutirá as propostas da Comissão e estabelecerá a repartição das possibilidades de pesca.

4 de Novembro



Consulta pública relativa à atualização da parceria estratégica da Comissão com as RUP.

A iniciativa [visa](#) adaptar a parceria estratégica com as RUP da UE às novas prioridades da UE, especificamente: apoiar a transição para uma economia mais ecológica e mais baseada nas tecnologias digitais; combater o impacto da COVID-19 nas RUP; ajudar as RUP a tirar partido das oportunidades oferecidas pelas políticas, regulamentos, programas e fundos da UE; desenvolver um diálogo mais estreito com as RUP; renovar o compromisso de assegurar que as características específicas das RUP sejam tidas em conta em todas as políticas da UE. O período de para apresentação de comentários vai de 08 julho 2021 - 04 novembro 2021.



Estratégia para as florestas –Horizonte 2030

A Comissão Europeia [apresentou](#) uma nova Estratégia para as florestas –horizonte 2030. Refere que esta é «uma iniciativa emblemática do Pacto Ecológico Europeu e que se baseia na Estratégia da UE para a Biodiversidade 2030. A estratégia contribui para o pacote de medidas proposto para alcançar pelo menos uma redução de 55% das emissões de gases com efeito de estufa até 2030 e a neutralidade climática na UE até 2050. Também ajuda a UE a cumprir o seu compromisso de melhorar as remoções de carbono por sumidouros naturais, em conformidade com a “Lei do Clima”. Ao abordar conjuntamente os aspetos sociais, económicos e ambientais, a estratégia florestal visa assegurar a multifuncionalidade das florestas da UE e sublinha o papel central desempenhado pelos proprietários florestais. As florestas são aliadas fundamentais na luta contra as alterações climáticas e a perda de biodiversidade. São sumidouros de carbono e ajudam-nos a reduzir os efeitos das alterações climáticas, por exemplo através do arrefecimento das cidades, protegendo-nos de grandes inundações e reduzindo os efeitos da seca. Infelizmente, as florestas da Europa estão sob muitas pressões de vários tipos, incluindo as relacionadas com as alterações climáticas. A Estratégia para as Florestas estabelece uma visão e medidas concretas para aumentar o número e a qualidade das florestas na UE e reforçar a sua proteção, restauração e resiliência.»



Pacto Ecológico Europeu

A Comissão Europeia [adotou](#) um pacote de propostas com o objetivo de tornar as políticas da UE em matéria de clima, energia, uso do solo, transportes e fiscalidade aptas para alcançar uma redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55 % até 2030 (objetivo 55, ou Fit 55), em comparação com os níveis de 1990. Alcançar estas reduções de emissões na próxima década é crucial para que a Europa se torne o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050 e fazer com que o Pacto Ecológico Europeu seja uma realidade. Com as propostas hoje reveladas, a Comissão apresenta os instrumentos legislativos necessários para cumprir as metas acordadas na Lei Europeia em matéria de Clima e transformar profundamente a nossa economia e sociedade com vista a um futuro justo, ecológico e próspero. As propostas apresentadas permitirão a aceleração necessária das reduções das emissões de gases com efeito de estufa na próxima década. Combinam: a aplicação do comércio de licenças de emissão a novos setores e o reforço do atual Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE; o aumento da utilização de energia de fontes renováveis; o aumento da eficiência energética; uma implantação mais rápida de modos de transporte com baixo nível de emissões e das infraestruturas e combustíveis para os apoiar; um alinhamento das políticas fiscais com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu; medidas de prevenção da fuga de carbono; instrumentos destinados a preservar e a aumentar os sumidouros naturais de carbono na UE.

O Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CELE) da UE fixa um preço para o carbono e reduz o limite máximo para as emissões de determinados setores económicos todos os anos. Conseguiu reduzir as emissões provenientes da produção de energia e das indústrias energívoras em 42,8 % nos últimos 16 anos. A Comissão propõe hoje baixar ainda mais o limite máximo global de emissões e aumentar a sua taxa anual de redução. A Comissão propõe igualmente a eliminação progressiva das licenças de emissão gratuitas para a aviação e o alinhamento com o Regime de Compensação e Redução das Emissões de Carbono da Aviação Internacional (CORSIA), bem como a inclusão das emissões provenientes do transporte marítimo, pela primeira vez no CELE. Para fazer face à falta de redução das emissões nos transportes rodoviários e nos edifícios, é criado, em separado, um novo sistema de comércio de licenças de emissão para a distribuição de combustíveis para o transporte

rodoviário e os edifícios. A Comissão propõe igualmente aumentar a dimensão dos fundos de inovação e de modernização. A fim de complementar as despesas substanciais em matéria de clima no orçamento da UE, os Estados-Membros devem gastar a totalidade das suas receitas do comércio de licenças de emissão em projetos relacionados com o clima e a energia. Uma parte específica das receitas do novo sistema dedicado aos transportes rodoviários e edifícios deverá abordar o possível impacto social nas famílias vulneráveis, nas microempresas e nos utentes dos transportes. O Regulamento Partilha de Esforços atribui a cada Estado-Membro metas reforçadas de redução das emissões para os edifícios, o transporte rodoviário e o transporte marítimo doméstico, a agricultura, os resíduos e as pequenas indústrias. Refletindo os diferentes pontos de partida e capacidades dos Estados-Membros, estas metas baseiam-se no PIB per capita e são ajustadas para ter em conta a eficiência em termos de custos.

Os Estados-Membros partilham igualmente a responsabilidade de remover carbono da atmosfera, pelo que a proposta de Regulamento Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Florestas estabelece uma meta global da UE para a remoção de carbono por sumidouros naturais até 2030, equivalente a 310 milhões de toneladas de emissões de CO₂. O cumprimento das metas nacionais exigirá aos Estados-Membros que preservem e expandam os seus sumidouros de carbono. Até 2035, a UE deverá procurar alcançar a neutralidade climática nos setores da utilização dos solos, da silvicultura e da agricultura, incluindo também outras emissões agrícolas que não as de CO₂, como as provenientes da utilização de fertilizantes e da pecuária. A Estratégia da UE para as Florestas visa melhorar a qualidade, a quantidade e a resiliência das florestas da UE. Apoiar os silvicultores e a bioeconomia baseada nas florestas, mantendo simultaneamente a sustentabilidade da extração e da utilização da biomassa, preservando a biodiversidade e estabelecendo um plano para a plantação de três mil milhões de árvores em toda a Europa até 2030. A produção e utilização de energia representam 75 % das emissões da UE, pelo que é crucial acelerar a transição para um sistema energético mais ecológico. A Diretiva Energias Renováveis fixará uma meta reforçada de 40 % de produção energética a partir de fontes renováveis, até 2030. Todos os Estados-Membros contribuirão para este objetivo, sendo propostos metas específicas para a utilização de energia de fontes renováveis nos transportes, no aquecimento e arrefecimento, nos edifícios e na indústria. Para cumprir os nossos objetivos climáticos e ambientais, os critérios de sustentabilidade para a utilização de bioenergia são reforçados e quaisquer regimes de apoio à bioenergia concebidos pelos Estados-Membros devem respeitar o princípio da utilização da biomassa lenhosa em cascata.

A fim de reduzir o consumo global de energia, reduzir as emissões e combater a pobreza energética, a Diretiva Eficiência Energética estabelecerá uma meta anual vinculativa mais ambiciosa de redução do consumo de energia a nível da UE. Orientará a forma como as contribuições nacionais são estabelecidas e quase duplicará a obrigação anual de poupança de energia para os Estados-Membros. O setor público terá de renovar anualmente 3 % dos seus edifícios, a fim de impulsionar a vaga de renovação, criar postos de trabalho e reduzir o consumo de energia e os custos para os contribuintes. É necessária uma combinação de medidas para combater o aumento das emissões no transporte rodoviário, a fim de complementar o comércio de emissões. Normas mais rigorosas em matéria de emissões de CO₂ para automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros acelerarão a transição para uma mobilidade sem emissões, impondo uma diminuição das emissões médias dos automóveis novos de 55 %, a partir de 2030, e de 100 %, a partir de 2035, em comparação com os níveis de 2021. Em consequência, todos os automóveis novos matriculados a partir de 2035 terão emissões nulas. Para que os condutores possam carregar ou alimentar os seus veículos numa rede fiável em toda a Europa, o Regulamento Infraestrutura para Combustíveis Alternativos revisto exigirá que os Estados-Membros aumentem a capacidade de carregamento em consonância com as vendas de automóveis sem emissões e instalem pontos de carregamento e de abastecimento a intervalos regulares nas principais autoestradas: a cada 60 km para o carregamento elétrico e a cada 150 km para o abastecimento de hidrogénio.

Os combustíveis para a aviação e para os transportes marítimos causam uma poluição significativa e exigem também medidas específicas para complementar o comércio de licenças de emissão. O Regulamento Infraestrutura para Combustíveis Alternativos exige que as aeronaves e os navios tenham acesso ao fornecimento de eletricidade limpa nos principais portos e aeroportos. A Iniciativa ReFuelEU Aviação obrigará os fornecedores de combustíveis a misturar níveis crescentes de combustíveis sustentáveis para a aviação em combustível para motores de reação fornecido a bordo nos aeroportos da UE, nomeadamente combustíveis sintéticos hipocarbónicos. De igual modo, a Iniciativa FuelEU Transportes Marítimos, incentivará a utilização de combustíveis navais sustentáveis e de tecnologias com emissões nulas, fixando um limite máximo para o teor de gases com efeito de estufa para a energia utilizada pelos navios que fazem escala nos portos europeus.

A tributação dos produtos energéticos deve salvaguardar e melhorar o mercado único e apoiar a transição ecológica, proporcionando os incentivos adequados. Uma revisão da Diretiva Tributação da Energia propõe alinhar a tributação dos produtos energéticos com as políticas da UE em matéria de energia e clima, promovendo tecnologias limpas e eliminando isenções obsoletas e taxas reduzidas que atualmente incentivam a utilização de combustíveis fósseis. As novas regras visam reduzir os efeitos nocivos da concorrência fiscal no setor da energia, ajudando a garantir receitas dos impostos ambientais para os Estados-Membros, que são menos prejudiciais para o crescimento do que os impostos sobre o trabalho. Por último, um novo mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras atribuirá um preço ao carbono nas importações de uma seleção específica de produtos, a fim de garantir que a ambiciosa ação climática da Europa não conduza a uma «fuga de carbono». Tal mecanismo assegurará que a redução das emissões europeias contribui para uma redução das emissões a nível mundial, em vez de incentivar a produção com utilização intensiva de carbono fora da Europa. Visa igualmente incentivar a indústria fora da UE e os nossos parceiros internacionais a tomarem medidas na mesma direção.

Troca de pontos de vista com o VP da Comissão Timmermans sobre o pacote climático

O VP Timmermans apresentou o próximo pacote legislativo, que visa alinhar as políticas climáticas e energéticas com os novos objetivos da Lei Europeia do Clima. O pacote compreende, inter alia, propostas legislativas para a revisão do EU ETS e para um Mecanismo de Ajuste de Fronteira de Carbono (CBAM), alterações às Diretivas de Energia Renovável e Eficiência Energética, bem como uma revisão dos padrões de CO2 para carros, LULUCF e Regulamentos de Compartilhamento de Esforços.



Cultura

LUX - Prémio Europeu do Público para o Cinema 2021

O Presidente do Parlamento, David Sassoli, [atribuiu](#) o LUX - Prémio Europeu do Público para o Cinema 2021 ao filme Collective durante uma cerimónia em Estrasburgo. Com o LUX Prémio do Público, o Parlamento junta-se à European Film Academy para alcançar um público mais vasto. Através do seu prémio cinematográfico, o Parlamento tem vindo a prestar apoio concreto à distribuição de filmes europeus desde 2007, fornecendo legendas nas 24 línguas da UE para os filmes presentes na final da competição.

Sassoli afirmou que “Após o período que acabamos de viver, a necessidade de nos reunirmos, não só nos espaços dedicados à discussão e ao debate, mas também em lugares como as salas de cinema, é crescendo e urgente. A cultura e o cinema são expressões da vitalidade não só criativa e económica, mas sobretudo democrática, das nossas sociedades”.



Competitividade, Coesão e solidariedade interna da UE

Comissão encoraja Estados-Membros a criarem um mercado de serviços às empresas mais competitivo e dinâmico

A Comissão [apresentou](#) as suas recomendações de reforma atualizadas sobre a regulamentação de sete serviços profissionais às empresas. O objetivo das recomendações são incentivar e ajudar os Estados-Membros a criar um ambiente regulamentar favorável ao crescimento, à inovação e à criação de emprego e, acima de tudo, eliminar os obstáculos persistentes no mercado único dos serviços. As recomendações atualizadas refletem os progressos muito limitados realizados pelos Estados-Membros na reforma da regulamentação profissional desde que as recomendações iniciais foram publicadas pela primeira vez em 2017. Apenas alguns Estados-Membros tomaram medidas para eliminar a regulamentação desproporcionada. Globalmente, as reformas apenas atenderam parcialmente às recomendações da Comissão, deixando uma margem significativa para novas melhorias regulamentares na maioria dos Estados-Membros.

Reformas estruturais direcionadas e eficazes nesses setores beneficiariam os ecossistemas industriais europeus duramente atingidos pela pandemia, criando um ambiente empresarial mais aberto e melhorando a escolha, os preços e a disponibilidade de serviços para os consumidores e a indústria.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

Relações comerciais UE - EUA

A União Europeia e os Estados Unidos [têm](#) a maior relação bilateral de comércio e investimento e gozam da relação económica mais integrada do mundo. Os investimentos da UE e dos EUA são o verdadeiro motor das relações transatlânticas, contribuindo para o crescimento e o emprego em ambos os lados do Atlântico. Embora ultrapassados pela China em 2021 como a maior fonte de importação de bens da UE, os EUA continuam a ser, de longe, o maior parceiro comercial e de investimento da UE. Estima-se que um terço do comércio através do Atlântico consiste, na verdade, em transferências intra-empresas. A relação transatlântica também define a forma da economia global como um todo. Tanto a UE quanto os EUA são o maior parceiro comercial e de investimento de quase todos os outros países da economia global. Juntas, as economias de ambos os territórios representam mais de 40% do PIB mundial e mais de 40% do comércio global de bens e serviços. Em junho de 2021, ambas as entidades concordaram em tomar medidas decisivas para encerrar a disputa mais antiga da história da Organização Mundial do Comércio: disputa sobre aeronaves civis de grande porte (também conhecida como disputa Airbus-Boeing).



O novo mecanismo visa proteger o orçamento e os valores da UE

A UE [adotou](#) regras que permitem suspender a atribuição de fundos do seu orçamento europeu aos Estados-Membros que não respeitem o Estado de direito. No dia 16 de dezembro de 2020, o Parlamento Europeu aprovou um acordo com a Presidência do Conselho da União Europeia (UE) relativamente à legislação que estabelece um mecanismo destinado a permitir a suspensão dos pagamentos orçamentais a um Estado-Membro, caso este viole o Estado de direito. A decisão sobre a suspensão terá de ser tomada pelo Conselho, que delibera por maioria qualificada, sob proposta da Comissão Europeia.

As novas regras entraram em vigor a partir do dia 1 de janeiro de 2021. A Hungria e a Polónia apresentaram processos perante o Tribunal de Justiça Europeu que põem em causa a legalidade do mecanismo, mas que não suspendem a sua aplicação. O Parlamento já frisou várias vezes que o mecanismo está em vigor e que a Comissão tem o dever legal de defender os interesses financeiros da UE. Em resoluções adotadas em março, junho e julho de 2021, o Parlamento instou a Comissão a agir e declarou estar disposto a encetar uma ação judicial contra a Comissão em caso de incumprimento das suas obrigações. Os eurodeputados têm alertado para o risco que incorrem os valores europeus e para o facto de que os fundos da UE provenientes do orçamento de longo prazo e do plano de recuperação não devem ir parar às mãos daqueles que trabalham contra a democracia e os direitos fundamentais na Europa.



Os eurodeputados pressionam a Comissão para que defenda os fundos da UE

Os eurodeputados [querem](#) que a Comissão Europeia prove que é capaz de proteger o orçamento da UE da violação do Estado de direito por países membros. A Comissão deve investigar rapidamente potenciais violações do princípio do Estado de direito, uma vez que a situação em alguns Estados-Membros já justifica uma ação imediata, como o indicaram os eurodeputados num relatório aprovado durante o plenário em julho de 2021. O relatório considera as orientações elaboradas pela Comissão para a aplicação do direito da União Europeia (UE) que associam o desembolso dos fundos da UE ao respeito pelo Estado de direito por parte dos Estados-Membros. A legislação está em vigor desde 1 de janeiro de 2021, mas até agora a Comissão não propôs quaisquer medidas ao abrigo das regras. Na opinião do Parlamento, o regulamento não requer qualquer interpretação adicional para ser aplicado e o desenvolvimento de orientações não deverá causar mais atrasos.

Segundo os eurodeputados, a Comissão Europeia deverá apresentar ao Parlamento Europeu, o mais rapidamente possível, um relatório sobre os primeiros casos investigados. Se a Comissão não agir, o Parlamento prepara-se para apresentar um processo contra a Comissão junto do Tribunal de Justiça Europeu.



GLEX SUMMIT 2021

A segunda edição da Cimeira Global de Exploração do Clube de Exploradores (GLEX), que [decorreu](#) entre os Açores e Lisboa, juntou os principais exploradores do mundo para um encontro sem precedentes onde foram partilhadas experiências, tecnologia de ponta e inovações. Este ano, a Cimeira, foi centrada na temática do mar, teve um painel ligado à biodiversidade dos Açores, e ligou-se ao público através dos meios de comunicação e da participação do público.

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA): apoiar a sustentabilidade no mar

O fundo vai [ajudar](#) os pescadores cujas atividades cessaram temporária ou definitivamente devido à crise da COVID-19. Entre 2021 e 2027, será atribuído um total de 6,1 mil milhões de euros à pesca sustentável e à salvaguarda das comunidades piscatórias. Na sessão plenária de julho de 2021, os eurodeputados aprovaram o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) e a forma como o mesmo deverá ser despendido no âmbito do orçamento de longo prazo da União Europeia (UE) para 2021-2027. Serão atribuídos 5,3 mil milhões de euros à gestão da pesca, aquicultura e frotas. O montante restante financiará pareceres científicos; controlos e verificações; informações sobre o mercado; e vigilância e segurança marítimas. O FEAMPA está alinhado com a Política Comum das Pescas, que estabelece regras para a gestão sustentável das frotas de pesca europeias e a conservação dos recursos haliêuticos.

Em março de 2021, o Parlamento Europeu aprovou a sua posição sobre a reforma do sistema de controlo das pescas. Os eurodeputados querem a utilização obrigatória de câmaras a bordo deve para embarcações de grande dimensão; novas

medidas para lidar com a perda de equipamentos de pesca; e uma melhor rastreabilidade da origem dos peixes durante toda a cadeia alimentar, incluindo para os produtos processados e importados.



Saúde

Reforço do mandato da Agência Europeia de Medicamentos

O Parlamento [adota](#) a sua posição de negociação com o Conselho sobre a prorrogação do mandato da Agência Europeia de Medicamentos e o reforço do seu papel. Os eurodeputados apelam à criação de uma base de dados da UE para monitorizar e prevenir a escassez de medicamentos, assim como ensaios clínicos mais bem coordenados, concebidos e transparentes.

Certificado Digital Covid da UE

O certificado [torna](#) as viagens mais fáceis, porque permite mostrar que o seu titular foi vacinado, obteve um resultado negativo no teste ou recuperou da Covid-19 nos últimos 6 meses. O certificado digital Covid da UE (EUDCC na sigla em inglês) é emitido pelas autoridades nacionais e é gratuito. Quando viaja, poderá apresentar as informações sob a forma de um código QR, que pode ser eletrónico (no smartphone ou tablet) ou impresso. O sistema estrou em vigor a 1 de julho e será válido durante 12 meses. Abrange tanto todos os 27 países da União Europeia (UE) como alguns países terceiros.

O Certificado Digital COVID da UE contém informações essenciais necessárias, como o nome, a data de nascimento, a data de emissão, informações pertinentes sobre a vacina/o teste/a recuperação e um identificador único. Estes dados permanecem no certificado e não são armazenados ou conservados, quando o certificado é verificado noutro Estado-Membro. Os certificados incluirão apenas um conjunto limitado de informações necessárias. Este conjunto de informações não pode ser conservado pelos países visitados. Para efeitos de verificação, apenas são inspecionadas a validade e a autenticidade do certificado, verificando quem o emitiu e assinou. Todos os dados relativos à saúde mantêm-se no Estado-Membro que emitiu o Certificado Digital COVID da UE.

Aumentar a capacidade da UE de antecipar e responder às crises de saúde

Os eurodeputados [descrevem](#) como a UE deve reforçar a prevenção de crises, a preparação e a resposta ao enfrentar futuras ameaças transfronteiriças graves para a saúde. A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) adoptou na terça-feira, por 67 votos a favor, 10 contra e uma abstenção, um projecto de posição de negociação de um novo regulamento relativo ao combate às ameaças sanitárias transfronteiriças graves. O texto será votado por todos os eurodeputados durante a sessão plenária de setembro.

A crise do COVID-19 revelou que é necessário mais trabalho a nível da UE para apoiar a cooperação entre os Estados-Membros, em particular nas regiões fronteiriças, afirmam os eurodeputados. Exigem procedimentos claros e maior transparência para as atividades de contratação conjunta da UE e respetivos acordos de compra. A aquisição conjunta deve ser usada para fortalecer a posição comercial dos países participantes, melhorar a segurança do abastecimento e garantir o acesso equitativo aos produtos médicos, acrescentam os eurodeputados. No texto aprovado, os eurodeputados apelam a uma abordagem multisectorial “Uma Saúde” que, para fazer face às futuras ameaças à saúde pública, deve reconhecer a saúde humana como estando ligada à saúde animal e ao ambiente. Além disso, os eurodeputados pretendem garantir que, a par da monitorização das doenças transmissíveis, a monitorização do impacto destes agentes patogénicos nas doenças não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares e respiratórias, o cancro, a diabetes e as doenças mentais, também faça parte da política de saúde pública da UE.



Economia e Empresas

Acordo global histórico para garantir tributação mais justa de empresas multinacionais

A Comissão Europeia [saúda](#) o acordo global histórico transmitido pelos Ministros das Finanças do G20 e Governadores dos Bancos Centrais, que trará justiça e estabilidade ao quadro internacional de tributação das sociedades. Esse consenso sem precedentes dará início a uma reforma completa do sistema internacional de impostos corporativos. Isso incluirá uma realocação de direitos tributários que significará que as maiores empresas do mundo terão que pagar impostos onde quer que façam negócios. Ao mesmo tempo, uma taxa de imposto efetiva mínima global de pelo menos 15% ajudará a conter o planeamento tributário agressivo e a impedir a “corrida para o fundo do poço” do imposto sobre as empresas. Os detalhes técnicos do acordo serão negociados nos próximos meses com o objetivo de trazer todos os 139 membros do Quadro Inclusivo a um acordo final em outubro. Assim que houver um acordo global baseado em consenso sobre os dois pilares, a Comissão

irá rapidamente propor medidas para a sua implementação na UE, em consonância com a agenda fiscal da UE e as necessidades do mercado único.



Mobilidade e Transportes

Estímulo dos projetos de infraestruturas para interligar as suas regiões

Os eurodeputados [querem](#) impulsionar o Mecanismo Interligar a Europa para modernizar transportes, redes digitais, sistemas 5G e infraestruturas energéticas. O Parlamento Europeu deu luz verde ao Mecanismo Interligar a Europa (MIE, ou CEF na sigla inglesa), a 6 de julho. O programa emblemático e renovado que faz parte do orçamento da UE para 2021-2027, conta com um orçamento de 33,71 mil milhões de euros (a preços atuais). Financiará projetos importantes com o objetivo de melhorar as conexões entre transportes e redes de energia, bem como os serviços digitais e a conectividade na Europa. Deverá igualmente apoiar empregos, crescimento económico e a implantação de novas tecnologias.

Os membros parlamentares indicaram que 60% dos fundos do MIE serão destinados a projetos que ajudem a alcançar os objetivos climáticos da UE. Além disso, 15% dos fundos do pilar energético serão afetados a projectos transfronteiriços de energias renováveis.

Céu Único Europeu: como reduzir as emissões e os atrasos

Os eurodeputados [querem](#) modernizar a gestão do espaço aéreo da UE para o tornar mais eficiente e mais ecológico. A atualização das regras do Céu Único Europeu (SES na sigla em inglês) deverá ajudar o setor da aviação a tornar-se mais eficiente, ao assegurar voos mais curtos através de rotas mais diretas de modo a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, de acordo com os eurodeputados.

A iniciativa do Céu Único Europeu foi lançada em 1999, num período marcado por um grande aumento dos voos e por atrasos crescentes que puseram em evidência a necessidade de uma melhor coordenação. Os eurodeputados querem que as regras sejam reformadas para tornar o espaço aéreo da UE menos fragmentado e melhorar a gestão do tráfego aéreo - para aumentar a segurança e a eficiência, reduzir os custos e beneficiar o ambiente. Atualmente, as companhias aéreas têm a possibilidade de não efetuar voos diretos desde o local de origem ao destino final. Elas podem querer evitar voar sobre Estados que aplicam encargos mais elevados; evitar zonas militares; ou seguir uma rota mais longa para evitar certas condições meteorológicas. Isso pode significar voos mais longos e mais emissões. A fragmentação também pode causar atrasos devido a uma coordenação insuficiente.



Estado de Direito

Processo de infração do mês de Julho

Comissão [toma](#) medidas para a aplicação plena, correta e atempada da legislação da União no interesse dos cidadãos e das empresas

Para ajudar os cidadãos e as empresas a tirarem o máximo partido do mercado interno, a Comissão Europeia mantém um diálogo permanente com os Estados-Membros que não respeitam o direito europeu e, se necessário, instaura processos por infração contra eles. As decisões hoje tomadas, no âmbito de decisões regulares de infração, incluem 52 notificações para cumprir. Mais precisamente, existem 51 notificações para cumprir e 1 notificação para cumprir adicional, 31 pareceres fundamentados, incluindo um parecer fundamentado complementar, e 5 recursos para o Tribunal de Justiça da UE ao abrigo do artigo 258.º do TFUE. Encerra também 108 processos pendentes em que o Estado-Membro em causa, em cooperação com a Comissão, resolveu o problema e garantiu o cumprimento do direito da União, pelo que não é necessário recorrer ao Tribunal de Justiça da União Europeia



Instituições e Organismos da UE

Uma Europa globalmente conectada

O Conselho [aprovou](#) conclusões sobre "Uma Europa globalmente conectada". Estas destacam a necessidade de a UE adotar uma abordagem geoestratégica e global em matéria de conectividade. O objetivo é promover a sua política económica, externa e de desenvolvimento, os seus interesses em matéria de segurança e os valores europeus. As conclusões baseiam-se na comunicação conjunta de 2018 e nas Conclusões do Conselho intituladas "Interligação entre a Europa e a Ásia – Pedras

basilares para uma estratégia da UE". Reafirmam o mesmo princípio fundamental, a saber, que a conectividade deve ser sustentável, abrangente e assente em regras. As conclusões de hoje sublinham a importância da conectividade para o crescimento económico, a segurança e a resiliência. Uma melhor conectividade contribuiria para a diversificação das cadeias de valor, reduziria as dependências estratégicas e impulsionaria a competitividade da UE e dos seus parceiros.

O Conselho sublinha a importância de se investir tanto em infraestruturas físicas como em quadros regulamentares. Apela à Comissão e ao alto representante para que se coordenem com os Estados-Membros e as empresas europeias, bem como com as instituições financeiras e de desenvolvimento, a fim de perseguir os objetivos de conectividade da UE. Regista a necessidade de normas e padrões internacionais previsíveis, a fim de manter condições de concorrência equitativas e incentivar o investimento privado.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2021](#) e para [2022](#).



Em aberto

Procura emprego nas instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).

Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.

Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!

Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.

Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.

Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).

Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios tem a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o Az@Brx?

O Az@Brx é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em Português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o Inglês, o Francês e o Castelhana. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT – [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola](#)

[Comum da UE](#) | [PE – Parlamento Europeu](#) | [PES – Partido Socialista Europeu](#) | [PME – Pequenas e médias empresas](#) | [PPE – Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | [Q&A – Perguntas e Respostas](#) | [QFP – Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | [RIS – Regional Innovation Scoreboard](#) | [RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | [S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | [UE – União Europeia](#) | [TCE – Tribunal de Contas Europeu](#) | [TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | [TJUE – Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!